



AZ@BXL

Número: 254 Data: 2022.12.22



No título: [Casa dos Fósseis // Centro de Interpretação Ambiental Dalberto Pombo](#), ilha de Santa Maria

Nota: A Casa dos Fósseis/ Centro de Interpretação Ambiental Dalberto Pombo foi fruto da reconstrução de um imóvel no início da zona histórica de Vila do Porto. Este Centro alberga o espólio do naturalista Dalberto Pombo, pioneiro no estudo da diversidade geológica e biológica da ilha e tem como principal objetivo promover o conhecimento do património natural, de uma forma dinâmica e interativa, com carácter educativo e científico.

Para dar a conhecer os fósseis marinhos, de importância internacional e únicos no contexto açoriano, foi criada uma nova ala no Centro, a Casa dos Fósseis, onde o visitante pode observar exemplares da coleção do naturalista e da coleção de referência da Universidade dos Açores. No Centro, o visitante tem a oportunidade de estabelecer contacto direto com animais reconstituídos, como borboletas e escaravelhos dos Açores e do mundo, aves migratórias com rotas pela ilha, e conhecer a viagem da tartaruga-boba (*Caretta caretta*).

A Casa dos Fósseis proporciona uma viagem em 3D pela formação geológica da ilha, do passado ao presente, focando a importância da sua riqueza paleontológica no contexto internacional. Os visitantes poderão ainda conhecer alguns investigadores de prestígio mundial com destaque nas áreas da geologia, paleontologia, biogeografia e estratigrafia.

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

Destaques



[Aprovado o Programa Regional dos Açores 2021-2027](#)

[Orientações para o encerramento dos Programas Operacionais 2014-2020](#)

[Açores consolidam liderança em sustentabilidade com o Nível III de Prata na certificação como “Destino Sustentável”](#)

[Horizonte Europa – Programa de Trabalho para 2023 nos domínios da Agricultura, Silvicultura e Zonas Rurais](#)

[Alcançado acordo interinstitucional respeitante ao Sistema de Comércio de Licenças de Emissão de Gases com Efeito de Estufa](#)

[Conselho chega a acordo sobre mecanismo temporário para limitar preços excessivos do gás](#)

[REPowerEU: Conselho chega a acordo sobre regras relativas à aceleração do licenciamento para projetos de energias renováveis](#)

[Pacto Ecológico Europeu: 4,11 mil milhões de euros do Fundo de Modernização para acelerar a transição para as energias limpas](#)

[Certificado Digital COVID da UE: Comissão Europeia adota terceiro relatório de implementação](#)

[Avaliação final do programa de investigação e desenvolvimento «Envelhecimento ativo, vida autónoma e assistida»](#)

[Comissão Europeia atualiza método de cálculo das sanções financeiras nos casos de infração](#)

[COP15: acordo global histórico](#)



Até 6 de janeiro



Alteração do Regulamento QFP 2021-2027 para apoio à Ucrânia

Está aberto um [período de carregamento de comentários](#) em relação à proposta de alteração do Regulamento referente ao Quadro Financeiro Plurianual 2021/2027. Todos os comentários recebidos serão resumidos pela Comissão Europeia e apresentados ao Parlamento Europeu e ao Conselho a fim de contribuir para o debate legislativo. Os comentários recebidos serão publicados, pelo que devem respeitar as [regras aplicáveis a comentários e sugestões](#).

Até 9 de janeiro



Serviços turísticos — iniciativa de arrendamento de curta duração

Esta [iniciativa](#) tem por objetivo fomentar um crescimento responsável, justo e fiável dos arrendamentos a curto prazo como parte de um ecossistema turístico equilibrado. Visa igualmente assegurar condições de concorrência equitativas para todos os prestadores de serviços de alojamento e responder às muitas partes interessadas que pediram uma ação a nível da UE neste

domínio. A iniciativa implicará a oferta de soluções equilibradas para as cidades, os fornecedores e as plataformas de arrendamento de curta duração entre pares e profissionais, beneficiando, em particular, as pequenas e médias empresas. A proposta de regulamento será adotada em 2023.



Poluição da água – Regras da UE em matéria de tratamento de águas residuais urbanas (atualização)

Garantir que as águas residuais urbanas são limpas e seguras é fundamental para proteger a saúde pública e o ambiente. Esta componente essencial da política da UE no domínio da água é abrangida pela Diretiva Tratamento de Águas Residuais Urbanas.

Esta [iniciativa](#) procederá à revisão da diretiva após uma avaliação recente da mesma ter identificado algumas insuficiências e novas necessidades da sociedade, às quais deve ser dada resposta.



Qualidade do ar — revisão das regras da UE

O ar limpo é essencial para a saúde humana e ambiental. Para o efeito, a UE estabelece normas para evitar a acumulação de concentrações excessivas de poluição. No âmbito do Pacto Ecológico Europeu, a UE está a rever estas normas, a fim de as aproximar das recomendações da Organização Mundial da Saúde. Visa igualmente melhorar o conjunto de legislação da UE em matéria de ar limpo, com base nos ensinamentos retirados da avaliação («balanço da qualidade») das regras da UE neste domínio, realizada no ano passado. Os [contributos](#) relativos a esta proposta de Diretiva podem ser carregados até ao dia 9 de janeiro.

Até 10 de janeiro



Convite à apresentação de propostas de apoio às atividades dos meios de comunicação sobre a política de coesão

A Comissão Europeia lançou o [6º convite à apresentação de propostas](#) de apoio às atividades dos meios de comunicação sobre a política de coesão, com um orçamento global de 7 milhões de euros. Os meios de comunicação social, bem como as universidades, agências de comunicação e outras entidades privadas e organismos públicos são convidados a apresentar as suas propostas para reportagens editorialmente independentes sobre a Política de Coesão. A Comissão cobrirá 80% do custo dos projetos, com subvenções até 300 mil euros para os beneficiários selecionados. O prazo de candidatura termina às 17:00 CET, 10 de janeiro de 2023.



Consulta pública sobre a revisão do Regulamento de *minimis*

A Comissão Europeia [lançou](#) uma consulta pública sobre a revisão do Regulamento de *minimis*, que decorrerá até ao próximo dia 10 de Janeiro de 2023. A Comissão propõe-se rever o limiar de *minimis* para o adaptar ao contexto económico atual e a melhorar os requisitos de transparência. Estas alterações traduzem-se no texto do regulamento [proposto](#), que está sujeito à presente consulta pública, podendo consultar [aqui](#) a nota explicativa que acompanha a proposta de revisão do Regulamento.



Primeira Reunião Plenária do Diálogo com os Investidores sobre Energia

A Primeira Reunião Plenária do Diálogo com os Investidores sobre Energia tem como objetivo atualizar as partes interessadas sobre o trabalho da plataforma, analisando em particular os desenvolvimentos e iniciativas relacionadas com a implementação do plano REPowerEU. As discussões centrar-se-ão no atual panorama de investimento e na forma como este pode apoiar o financiamento de novas e necessárias inovações no setor da energia.

O evento contará com uma representação de alto nível da Comissão Europeia, incluindo a comissária europeia para a Energia, Kadri Simson, Parlamento Europeu, Banco Europeu de Investimento e a Agência Internacional de Energia. Espera-se também a participação de fundadores selecionados das empresas mais inovadoras no setor da energia, coordenadores das principais iniciativas financiadas pela UE e os membros dos Grupos de Trabalho do Diálogo com os Investidores. Inscrições e demais informações [aqui](#).

Até 11 de janeiro



Revisão das regras da UE em matéria de materiais destinados a entrar em contacto com os alimentos

A política da UE em matéria de segurança dos alimentos inclui regras relativas aos materiais destinados a entrar em contacto com os alimentos (p. ex., embalagens de alimentos, artigos de cozinha e de mesa e equipamentos para transformação de alimentos). Esta iniciativa visa modernizar as regras, a fim de: garantir a segurança dos alimentos e um elevado nível de proteção da saúde pública; reduzir a presença e a utilização de produtos químicos perigosos; ter em conta os conhecimentos científicos e

tecnológicos mais recentes; apoiar a inovação e a sustentabilidade através da promoção de soluções reutilizáveis e recicláveis seguras, ajudando a reduzir o impacto ambiental do setor.

O [período de submissão de contributos](#) para esta consulta pública encerra a 11 de janeiro. A Comissão Europeia planeia publicar a proposta de regulamento no segundo trimestre de 2023.

Até 13 de janeiro



Revisão da Comunicação da Comissão relativa à definição de mercado relevante para efeitos do direito comunitário da concorrência

A Comissão Europeia lançou, a 8 de novembro, uma consulta pública sobre o [projeto de revisão da Comunicação relativa à definição de mercado](#). A Comunicação relativa à definição de mercado está a ser revista pela primeira vez desde a sua adoção em 1997, para ter em conta a evolução significativa dos últimos anos, em especial a digitalização e as novas formas de oferta de bens e serviços, e a fim de refletir a natureza interligada e globalizada das trocas comerciais.

A Consulta decorrerá até ao próximo dia 13 de janeiro de 2023. Mais informações sobre a consulta poderão ser consultadas [aqui](#).

Até 15 de janeiro



Prémio de Gestão de Solos e Terras

O [convite à apresentação de candidaturas](#) estará aberto até ao dia 15 de janeiro. O [prémio](#) é atribuído todos os anos ao vencedor durante o Fórum para o Futuro da Agricultura, que se realiza em Bruxelas. A iniciativa premeia as práticas de gestão do solo que atenuam as ameaças do solo, ou seja, degradação do solo, erosão, redução do teor de matéria orgânica, contaminação difusa e compactação, bem como a redução da biodiversidade do solo, salinização, impermeabilização, inundação e deslizamento de terras. Quem pode candidatar-se? Agricultores, proprietários de terras, gestores de terras, grupos de agricultores, por conta própria ou em colaboração com institutos de investigação, universidades e/ou empresas privadas.

Atenção: a candidatura deve ser preenchida preferencialmente em inglês. Se a candidatura for redigida noutra língua, deve ser anexado um resumo bem estruturado do projeto em inglês. O projeto terá de ser submetido via e-mail ao Coordenador do Prémio em Emmanuelle.mikosz@elo.org.

Até 18 de janeiro



Candidaturas ao Colégio da Europa

As candidaturas para a frequência de cursos de pós-graduação no Colégio da Europa no ano académico 2023/2024 [estão](#) abertas até 18 de janeiro de 2023. O Governo Regional dos Açores atribui anualmente uma Bolsa de Estudo – Bolsa “José Medeiros Ferreira” - para a frequência de um curso de pós-graduação no Colégio da Europa - no Campus de Bruges (Bélgica) ou no Campus de Natolin (Polónia) - que compreende uma comparticipação nos encargos com as propinas do curso, alojamento, alimentação e uma viagem de ida e volta entre o local de residência do aluno e o local do curso.

A atribuição desta bolsa, cujo período de candidaturas será oportunamente publicitado, é decidida após a admissão dos candidatos da Região Autónoma dos Açores ao Colégio da Europa, pelo que estes deverão ter concorrido e sido admitidos à frequência de um curso de pós-graduação nas áreas de Direito, Economia, Estudos Europeus Interdisciplinares, Política e Administração ou Relações Internacionais e Diplomáticas.

Para se poderem candidatar a esta bolsa, os indivíduos que, tendo sido admitidos à frequência de um curso de pós-graduação no Colégio da Europa, devem ter, cumulativamente, até 30 anos de idade (completados à data do início do curso), realizado e concluído o Ensino Secundário na região e ser residentes no arquipélago dos Açores há pelo menos três anos. Os candidatos devem possuir uma licenciatura e ter domínio, escrito e verbal, das línguas francesa e inglesa.

19 de janeiro



Fundo de Inovação: Financiamento da Conferência de Tecnologia Limpa e Inovadora

A 19 de Janeiro, os decisores políticos, investidores, partes interessadas e líderes industriais reunir-se-ão para sensibilizar a comunidade de financiadores públicos e privados para as muitas oportunidades de negócio trazidas pelo Fundo de Inovação da UE. Todas as informações e inscrição [aqui](#).

Até 20 de janeiro



Relatório sobre Estado de Direito de 2023

A Comissão Europeia lançou uma [consulta específica](#) para recolher informações sobre o desenvolvimento do Estado de direito em todos os Estados-Membros, em preparação do Relatório sobre o Estado de direito de 2023. A consulta está aberta a associações judiciais, ONGs, organizações internacionais e agências da UE, entre outras. As informações recebidas ajudarão a Comissão a avaliar a situação do Estado de direito nos Estados-Membros. Como parte da consulta, a Comissão também recolherá informações sobre como, e em que medida, os Estados-Membros implementaram as recomendações feitas pela primeira vez no [Relatório 2022](#).

O Relatório sobre o Estado de Direito está no centro de um ciclo anual de monitorização, destinado a prevenir problemas antes que estes surjam ou se agravem, e a promover uma cultura de Estado de Direito. A consulta está [disponível](#) online até 20 de janeiro de 2023.

Até 31 de janeiro



Convite à apresentação de propostas ao abrigo do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMP) - Vertente específica dedicada às Regiões Ultraperiféricas

O convite à apresentação de propostas no âmbito do FEAMP para apoio a "Projetos regionais emblemáticos que apoiam a economia azul sustentável nas bacias marítimas da UE" foi [publicado](#), sendo incluído nesta convocatória uma vertente específica dedicada às regiões ultraperiféricas sobre "[Promoção do turismo marítimo e costeiro sustentável nas regiões ultraperiféricas](#)" com um orçamento específico **de um milhão de euros**.

A vertente das regiões ultraperiféricas tem como principal objetivo apoiar a economia azul nas regiões ultraperiféricas através de projetos que promovam soluções inovadoras e sustentáveis no turismo costeiro e marítimo e contribuam para a proteção da biodiversidade marinha, em linha com a nova estratégia para as regiões ultraperiféricas, bem como com os objetivos da Comunicação sobre uma nova abordagem para uma economia azul sustentável na UE e da Trajetória de Transição para o Turismo.

As propostas ao abrigo da vertente regiões ultraperiféricas devem ser apresentadas por um consórcio de, pelo menos, 2 entidades independentes de 2 regiões ultraperiféricas diferentes. A data-limite para a apresentação das candidaturas é o dia 31 de janeiro de 2023 (17h00, hora de Bruxelas). Já se encontram [abertas](#) as inscrições para a participação na "**Jornada de Informação**" organizada pela Comissão Europeia **no dia 24 de novembro de 2022**. Os interessados deverão efetuar a sua inscrição até ao dia **16 de novembro**.



Novo Bauhaus Europeu – candidaturas para 2023

Estão [abertas](#) as candidaturas aos prémios Novo Bauhaus Europeu de 2023. Tendo em conta o êxito das suas duas últimas edições, que receberam mais de 3 mil candidaturas de todos os Estados-Membros, os prémios de 2023 recompensarão 15 iniciativas exemplares que associem sustentabilidade, estética e inclusividade — os três valores fundamentais do Novo Bauhaus Europeu.

No contexto do Ano Europeu das Competências, esta edição dos prémios incluirá uma vertente temática adicional sobre educação e aprendizagem. Pela primeira vez, as candidaturas para projetos e conceitos podem igualmente provir dos Balcãs Ocidentais. Tal como no ano passado, serão atribuídos prémios específicos aos jovens com menos de 31 anos. As candidaturas estão abertas até 31 de janeiro de 2023, às 17h00 (hora dos Açores). Os Prémios de 2023 recompensarão projetos existentes, bem como os conceitos desenvolvidos por jovens talentos em quatro categorias. Mais informações no [comunicado de imprensa](#) e no documento com [perguntas e respostas](#).

1 e 2 de fevereiro



Jornadas informativas respeitantes à política de promoção de produtos agrícolas da União Europeia - 2023

Para esclarecimentos sobre o programa para 2023, haverá dois dias dedicados à prestação de esclarecimentos. Embora ainda aguardando a confirmação definitiva, prevê-se que as sessões de esclarecimento venham a ser agendadas para os dias 1 e 2 de fevereiro de 2023. Todas as informações, bem como inscrições [aqui](#).

Até 8 de fevereiro



Rastreio, registo e controlo do amianto – Proposta de Diretiva

Esta iniciativa legislativa visa abordar ainda mais os riscos sanitários e ambientais relacionados com a exposição ao amianto, aumentando a transparência e a recuperação de informação adicional e assegurando a sua disponibilidade às autoridades públicas relevantes, aos trabalhadores da construção civil e aos ocupantes dos edifícios. As obrigações específicas serão moduladas com base numa abordagem transversal, tendo em conta o ciclo de vida de um edifício e os riscos relevantes para um determinado edifício. Os comentários no âmbito desta consulta pública poderão ser carregados [aqui](#).



Programa-Quadro Europeu de I&I - Seminário sobre Sinergias do Fundo de Inovação

O objetivo do seminário é reunir participantes de projetos de I&I financiados ao abrigo de programas de financiamento de I&I da UE (nomeadamente através do Horizonte 2020) para explorar oportunidades de financiamento ao abrigo do Fundo de Inovação. Inscrições [aqui](#).

Até 9 de fevereiro



Ações Marie Skłodowska-Curie: 77,5 milhões de euros para apoiar o intercâmbio de pessoal de investigação e inovação

A Comissão Europeia lançou um convite à apresentação de propostas no âmbito do [programa Marie Skłodowska-Curie Actions](#)' (MSCA) [Staff Exchanges](#). O período de candidaturas encerra a 9 de fevereiro. Todas as informações poderão ser consultadas [aqui](#).

Até 15 de fevereiro



Novos pedidos de financiamento ao abrigo do Programa Europa Digital para aumentar a ciberresiliência

A Comissão Europeia [lançou](#) um convite às empresas, administrações públicas e outras organizações para apresentarem propostas de soluções inovadoras de cibersegurança e para se candidatarem ao financiamento da UE ao abrigo do [Programa Europa Digital](#). Um investimento de 176,5 milhões de euros de subvenções irá no sentido de melhorar os instrumentos e infraestruturas para uma cooperação reforçada em matéria de cibersegurança entre os Estados-Membros e a Comissão.

Os convites visam reforçar a cibersegurança das infraestruturas de redes 5G, apoiando serviços seguros e melhorando as capacidades de teste e certificação de soluções e serviços tecnológicos. As respetivas subvenções apoiarão também a implementação das [novas regras sobre cibersegurança de redes e sistemas de informação \(Diretiva NIS2\)](#) na legislação nacional, bem como a capacidade dos Centros de Operações de Segurança em toda a UE para recolher e partilhar informações sobre incidentes cibernéticos. O objetivo é ajudar a aumentar a resiliência e a capacidade da UE em matéria de cibersegurança para proteger, detetar, defender e dissuadir os ciberataques. Os convites estão abertos até 15 de fevereiro de 2023.

Até 23 de fevereiro



Lançamento de novos convites à apresentação de propostas, com um orçamento de 277 milhões de euros, para apoiar investimentos em infraestruturas de conectividade digital

A Comissão Europeia lançou o [segundo conjunto de convites à apresentação de propostas](#) ao abrigo do programa "[Connecting Europe Facility Digital](#)". Com um orçamento previsto de 277 milhões de euros, o objetivo é apoiar projetos de redes seguras, rápidas e de alta capacidade, incluindo comunicação quântica e cabos submarinos, reforçar as redes que ligam zonas rurais, remotas e ultramarinas, bem como digitalizar cada vez mais as redes de transporte e energia.

O prazo para a candidatura é 23 de fevereiro de 2023. Os candidatos interessados terão a oportunidade de saber mais sobre as chamadas durante a [jornada informativa virtual](#) de 25 de outubro.

Até 8 de março



Ações Marie Skłodowska-Curie: 95 milhões de euros para cofinanciar programas de doutoramento e pós-doutoramento

A Comissão Europeia lançou um convite à apresentação de propostas no âmbito do [programa Marie Skłodowska-Curie Actions](#)' (MSCA) [cofinanciar programas regionais, nacionais e internacionais \(COFUND\)](#). O convite COFUND 2022, com um orçamento total de 95 milhões de euros, será encerrado a 9 de fevereiro de 2023. Todos os detalhes estão disponíveis nesta [ligação](#).

Até 15 de março



Comissão Europeia lança inquérito sobre práticas comerciais desleais nas cadeias de abastecimento agroalimentar

A Comissão Europeia lançou o seu [terceiro inquérito anual](#) para avaliar a eficácia das medidas da UE contra as práticas comerciais desleais nas cadeias de abastecimento agroalimentar. O inquérito destina-se a agricultores, trabalhadores independentes e empresas ativas na produção, distribuição, transformação ou venda por grosso da cadeia de abastecimento agroalimentar.

As respostas fornecerão provas relevantes para o desenvolvimento das políticas da UE na sequência da implementação da [Diretiva de Práticas Comerciais Desleais](#) em 2021 e 2022. O inquérito está aberto até 15 de março de 2023 e os resultados serão então partilhados em linha.

Até 23 de março



Horizonte Europa (cluster 6): Candidaturas de projetos respeitantes a uma governação inovadora, observações ambientais e soluções digitais de apoio ao Pacto Ecológico Europeu

Dentro deste domínio serão aprovadas propostas de projetos que visam a digitalização na agricultura e silvicultura: mercados de dados e tecnologias e infraestruturas digitais - situação e prospetiva num ambiente regulamentar, comercial e técnico em rápida mudança, e tecnologias digitais de apoio à deteção precoce fitossanitária, vigilância do território e medidas fitossanitárias. Os projetos devem ser carregados [aqui](#). Mais informações [aqui](#).

28 de março



Fórum sobre o Futuro da Agricultura 2023

A [Conferência Anual do Fórum sobre o Futuro da Agricultura](#) terá lugar, em Bruxelas, a 28 de março de 2023 e consistirá em apresentações ao vivo, painéis de debate, intervenções interativas e oportunidades de trabalho em rede. Poderá também acompanhar os trabalhos por meios telemáticos. As [inscrições](#) já se encontram abertas.



Horizonte Europa (cluster 6): Candidaturas de projetos relacionados com a biodiversidade e serviços ecossistémicos

O Programa de Trabalho do Horizonte Europa "Cluster 6" 2023 oferece oportunidades de investigação e inovação que visam reduzir a degradação ambiental, travar e inverter o declínio da biodiversidade e melhorar a gestão dos recursos naturais nas zonas urbanas e rurais. Ajudará a garantir a segurança alimentar e nutricional dentro dos limites dos recursos planetários, e um ambiente limpo e saudável através do conhecimento, inovação e digitalização na agricultura, nos sistemas alimentares e na silvicultura.

Os projetos do "Cluster 6" apoiam a transição para uma economia circular de baixo carbono e eficiente em termos de recursos e uma bioeconomia sustentável. O capítulo "Biodiversidade e serviços ecossistémicos" ajudará a desenvolver práticas na agricultura e silvicultura que apoiam a utilização sustentável da biodiversidade e uma vasta gama de serviços ecossistémicos. Os tópicos neste capítulo visam preservar e restaurar a biodiversidade e os ecossistemas essenciais, assegurando simultaneamente uma produção primária resiliente, através de um melhor conhecimento e inovação. Os projetos devem ser carregados [aqui](#). Mais informações [aqui](#).



Horizonte Europa (cluster 6): Candidaturas de projetos referentes a um ambiente limpo e poluição zero

Os projetos devem ser submetidos versando soluções inovadoras na agricultura para a disponibilidade e qualidade da água, e otimização da utilização dos efluentes pecuários procurando mitigar as emissões de GEE e minimizar a dispersão de nutrientes/contaminantes no ambiente. Os projetos devem ser carregados [aqui](#). Mais informações [aqui](#).

Até 12 de abril



Horizonte Europa (cluster 6): Candidaturas de projetos respeitantes a sistemas alimentares justos, saudáveis e amigos do ambiente, desde a produção primária até ao consumo

Tópicos que se enquadram neste capítulo aceleram a transição para sistemas alimentares sustentáveis e mais resilientes. Dará poder aos agricultores e silvicultores através de inovações baseadas na natureza, tecnologia, digitalização e carácter social. Tal aumentará a resiliência climática e reduzirá a dependência de pesticidas e antimicrobianos. Também fornecerá aos consumidores alimentos seguros, nutritivos e saudáveis. Os projetos devem ser carregados [aqui](#). Mais informações [aqui](#).



Horizonte Europa (cluster 6): Candidaturas de projetos respeitantes aos solos, oceanos e água para a ação climática

A investigação e inovação neste domínio ajudarão os agricultores a contribuir significativamente para a neutralidade climática. Os projetos devem ser carregados [aqui](#). Mais informações [aqui](#).



Horizonte Europa (cluster 6): Candidaturas de projetos respeitantes às comunidades rurais, costeiras e urbanas resilientes, inclusivas, saudáveis e verdes

As candidaturas devem contribuir para melhores inovações digitais, sociais e comunitárias para zonas rurais, costeiras e urbanas resilientes e prósperas. Serão apoiadas sinergias através de laboratórios vivos, aldeias inteligentes ou grupos operacionais EIP-AGRI. Novos modelos de governação que promovam a troca de conhecimentos, ferramentas inovadoras e soluções digitais capacitarão e ligarão os agricultores, permitindo a resiliência e sustentabilidade. Os projetos devem ser carregados [aqui](#). Mais informações [aqui](#).

Até 31 de maio



Aberto convite para a mobilidade de artistas e profissionais culturais

O primeiro [convite](#) à mobilidade individual destina-se a artistas e profissionais da cultura que trabalham nos seguintes setores: arquitetura, património cultural, design, design de moda, tradução literária, música, artes visuais e artes do espetáculo dos países participantes no programa Europa Criativa e que viajem para outro país do programa Europa Criativa, por um período de sete a 60 dias, no caso de artistas individuais, e de sete a 21 dias em caso de grupos de pessoas (duas a cinco pessoas).

O presente convite está aberto de 10 de outubro de 2022 a 31 de maio de 2023. As ações de mobilidade individual funcionarão com base em convites contínuos abertos todos os anos, do outono à primavera, com avaliações mensais. O subsídio de mobilidade «[A Cultura Move a Europa](#)» inclui: despesas de viagem normais (350 EUR de viagem de ida e volta para distâncias até 5 mil km e 700 EUR de viagens de ida e volta para distâncias superiores a 5 001 km), além de 75 EUR por dia para contribuir para as despesas de estadia e alojamento. Além disso, em consonância com as prioridades horizontais do programa, como a inclusão e a sustentabilidade, estão previstas várias **dotações complementares**, tais como **o apoio aos requerentes provenientes de países e territórios ultramarinos e das Regiões Ultraperiféricas** ou que viajem para esses destinos. Todas as informações [aqui](#).



Agricultura e Alimentação

Comissão Europeia lança inquérito sobre práticas comerciais desleais nas cadeias de abastecimento agroalimentar

A Comissão lançou o seu [terceiro inquérito anual](#) para avaliar a eficácia das medidas da UE contra as práticas comerciais desleais nas cadeias de abastecimento agroalimentar. O inquérito destina-se a agricultores, trabalhadores independentes e empresas ativas na produção, distribuição, transformação ou venda por grosso da cadeia de abastecimento agroalimentar.

As respostas fornecerão provas relevantes para o desenvolvimento das políticas da UE na sequência da implementação da [Diretiva de Práticas Comerciais Desleais](#) em 2021 e 2022. O inquérito está aberto até 15 de março de 2023 e os resultados serão então partilhados em linha. Os dois primeiros inquéritos foram concluídos em 2021 e 2022 e os resultados estão também disponíveis *online*. As cadeias de abastecimento alimentar são vulneráveis a práticas comerciais desleais devido aos desequilíbrios entre pequenos e grandes operadores. Os agricultores e pequenos operadores da cadeia de abastecimento alimentar muitas vezes não têm poder de

negociação suficiente para se defenderem. Para melhor as proteger, a diretiva sobre práticas comerciais desleais proíbe 16 práticas comerciais desleais. O inquérito está disponível [aqui](#).

Comércio agroalimentar da UE aumentou em setembro de 2022

A Comissão europeia publicou o último relatório mensal sobre o comércio agroalimentar, que mostra que as exportações e importações agroalimentares da UE aumentaram em setembro de 2022. As exportações da UE aumentaram desde o início do ano, tendo atingido 20,9 mil milhões de euros nesse mês. O valor das importações da UE foi de 15,6 mil milhões de euros, resultando numa balança comercial positiva para a UE de 5,8 mil milhões de euros.

Em termos de valor, as exportações agroalimentares da UE aumentaram 3,1% em relação a agosto de 2022. O aumento das exportações deveu-se em grande parte a volumes mais elevados de preparados de cereais, vinho e preparados alimentares compostos expedidos, particularmente para o Reino Unido. Globalmente, as maiores mudanças foram observadas nas exportações para a China (+18%), Reino Unido (+7%) e EUA (+5%). Em setembro de 2022, as exportações da UE de proteaginosas e frutos (maçãs, peras, pêssegos) para a região do Médio Oriente/Norte de África (MENA) e para a África subsaariana aumentaram significativamente, enquanto as exportações de trigo diminuíram.

Em setembro de 2022, a UE continuou a importar principalmente do Brasil (1,9 mil milhões de euros), da Ucrânia (1,4 mil milhões de euros) e do Reino Unido (1,3 mil milhões de euros). Desde janeiro de 2022, as importações do Brasil aumentaram 47% em comparação com o mesmo período em 2021. As importações da Ucrânia aumentaram 76% enquanto as do Reino Unido aumentaram 33%. A UE importou grãos de soja, café, farinha de soja e milho do Brasil. Os principais produtos importados da Ucrânia são milho, óleo de girassol, sementes de girassol e sementes de colza.

O último relatório mensal sobre o comércio agroalimentar também se concentra nos fluxos comerciais entre a UE e os EUA. Os EUA são um dos principais parceiros comerciais da UE para produtos alimentares e agrícolas. A fim de continuar a cooperar em questões agrícolas, em particular em matéria de sustentabilidade, a Comissão Europeia e o Departamento de Agricultura dos EUA lançaram em novembro de 2021 uma [plataforma colaborativa sobre agricultura](#). Mais detalhes estão disponíveis [aqui](#).



Ambiente

Alcançado acordo interinstitucional provisório em relação ao Sistema de Comércio de Licenças de Emissão de Gases com efeito de estufa na União Europeia (ETS)

Durante o fim de semana passado os legisladores chegaram a um [acordo provisório](#) (na madrugada de domingo) em relação ao ETS. O Conselho e o Parlamento [concordaram](#) em aumentar a ambição global de redução das emissões até 2030 nos setores abrangidos pelo RCLE-UE (a sigla em português para a sigla inglesa "ETS") para 62% (dos atuais 40%) em relação às emissões registadas em 2005 (+1% do que na proposta da Comissão Europeia). O setor marítimo será abrangido pela primeira vez. É a aplicação do princípio do "poluidor-pagador".

A fim de alcançar esta redução, os legisladores concordaram que haverá uma redução pontual da quantidade de licenças a nível da UE de 90 Mt Co2 equivalentes em 2024 e 27 Mt em 2026, em combinação com uma redução anual de 4,3% de 2024-27 e 4,4% de 2028-30. ("fator de redução linear"). As licenças gratuitas para as indústrias no ETS serão gradualmente eliminadas da seguinte forma: 2026: 2.5%; 2027: 5%; 2028: 10%; 2029: 22.5%; 2030: 48.5%; 2031: 61%; 2032: 73.5%; 2033: 86%; 2034: 100%

No que diz respeito aos setores abrangidos pelo Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço (CBAM - que foi criado com o objetivo de se evitar as fugas de carbono) - cimento, alumínio, fertilizantes, produção de energia elétrica, hidrogénio, ferro e aço, bem como alguns precursores e um número limitado de produtos a jusante - o Conselho e o Parlamento concordaram em acabar com as licenças gratuitas para estes setores, durante um período de nove anos entre 2026 e 2034. Durante este período, o CBAM aplicar-se-á apenas à proporção das emissões que não beneficiam de licenças gratuitas ao abrigo do ETS, a fim de respeitar plenamente as regras da Organização Mundial do Comércio. As licenças gratuitas serão gradualmente eliminadas a um ritmo mais lento no início e a um ritmo acelerado no final deste período. O apoio para a descarbonização destes setores será possível através do Fundo de Inovação. Além disso, uma parte das atribuições gratuitas produzidas como consequência da aplicação da condicionalidade será transferida para os Estados-Membros para leilão, a fim de fazer face a qualquer risco residual de fuga de carbono. Antes de 2026, a Comissão irá rever o impacto do CBAM, incluindo sobre os riscos de fuga de carbono, e ver se são necessárias medidas adicionais.

Conselho e o Parlamento concordaram em incluir as emissões da navegação marítima no âmbito do ETS. Acordaram numa introdução gradual de obrigações de devolução de licenças por parte das companhias de navegação: 40% para emissões verificadas a partir de 2024, 70% para 2025 e 100% para 2026. Isto é, a partir de 2026 a inclusão será total, com as devidas derrogações. A maioria das grandes embarcações será incluída no âmbito do RCLE-UE desde o início. Os grandes navios offshore com mais de 5000 toneladas brutas ou mais serão incluídos no "Regulamento MRV" sobre a monitorização, comunicação e verificação das emissões de CO2 do regulamento do transporte marítimo a partir de 2025 e no RCLE-UE a partir de 2027. As embarcações de carga geral e as embarcações offshore de arqueação bruta entre 400-5 000 t serão incluídas no regulamento MRV a partir de 2025 e a sua inclusão no RCLE-UE será revista em 2026. Alguns Estados-Membros com um número relativamente elevado de companhias

de navegação receberão, além disso, 3,5% do limite máximo das licenças leiloadas a serem distribuídas entre eles. Os legisladores concordaram em incluir as emissões não CO2 (metano e N2O) no regulamento MRV a partir de 2024 e no RCLE UE a partir de 2026.

COP15: acordo global histórico

A UE juntou-se a 195 países no histórico Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal. Este quadro [contém](#) objetivos e metas globais que visam proteger e restaurar a natureza para as gerações atuais e futuras, assegurar a sua utilização sustentável, bem como estimular investimentos para uma economia global verde. Juntamente com o Acordo de Paris sobre o clima, prepara o caminho para um mundo neutro em termos climáticos, positivo em termos de natureza e resistente até 2050.

O acordo é um quadro sólido com objetivos e metas claros e mensuráveis, com monitorização completa, relatórios e disposições de revisão para acompanhar o progresso complementado por um pacote robusto de mobilização de recursos.

Mais de metade do PIB global depende de serviços ecossistémicos. 70% das pessoas mais vulneráveis do mundo dependem diretamente das espécies selvagens. O acordo Kunming-Montreal irá acelerar políticas ambiciosas em todo o mundo e mobilizar financiamento para a biodiversidade a partir de todas as fontes - 200 mil milhões de dólares por ano até 2030. Compromete a comunidade mundial a ações para proteger e restaurar a natureza e remover a poluição - tais como as que fazem parte do Pacto Ecológico Europeu. Assegurará que a natureza continue a sustentar sociedades, economias e comunidades durante as próximas décadas.

Estados-Membros chegam a acordo sobre novas regras para reduzir as emissões de metano

O Conselho [chegou](#) a um [acordo](#) (abordagem geral) sobre uma proposta para acompanhar e reduzir as emissões de metano no setor da energia. O texto é o primeiro do seu género e um contributo crucial para a ação climática, uma vez que o metano é o segundo gás com efeito de estufa mais importante a seguir ao dióxido de carbono.

A proposta introduz novos requisitos para os setores do petróleo, gás e carvão para medir, comunicar e verificar as emissões de metano (MRV). Os operadores terão de documentar cuidadosamente todos os poços e minas, rastrear as suas emissões e tomar medidas de mitigação adequadas para prevenir e minimizar as emissões de metano nas suas operações.

A abordagem geral clarifica globalmente as disposições da proposta e tem em conta diferentes tipos de infraestruturas como plataformas *offshore*, condutas subterrâneas, ou redes de distribuição. Também permite a utilização de vários dispositivos para medir as emissões e introduz flexibilidades em circunstâncias nacionais ou geológicas específicas.



Coesão e solidariedade interna da UE

Aprovado o Programa Regional dos Açores 2021-2027

Foi aprovado no passado dia 15 de dezembro o [Programa Regional dos Açores 2021-2027](#). Juntamente com o PO Açores foram [aprovados](#) os restantes [11 Programas do Portugal 2030](#) que vão mobilizar, ao longo desta década, um total de 23 mil milhões de euros para projetos que visem o desenvolvimento do país, um desenvolvimento assente nas empresas e na economia, nas pessoas, na sustentabilidade e no território.

As aprovações marcam o culminar de um longo processo iniciado no segundo semestre de 2021, após a publicação dos regulamentos europeus, com a negociação do Acordo de Parceria Portugal 2030, que veio a ser aprovado no passado dia 12 de julho e onde estão definidas as grandes opções políticas para a utilização dos fundos europeus até 2029.

O trabalho realizado para a construção do Acordo de Parceria permitiu avançar na elaboração dos respetivos programas, tendo as primeiras interações com a Comissão Europeia sobre os mesmos ocorrido no início de 2022. A primeira versão formal dos Programas foi entregue a 4 de junho, tendo sido submetidas, no final de outubro, após várias rondas negociais e após o processo de consulta pública, as versões finais que permitiram a atual aprovação. A preparação do Portugal 2030 começou, no entanto, muito antes, com a definição da Estratégia Portugal 2030 que constitui o referencial para a conceção e implementação das políticas públicas e que garante o enquadramento estratégico à programação integrada de todos os fundos, em particular do PRR e do Portugal 2030.

Para que os 12 Programas estejam no terreno importa, agora, concluir a legislação nacional de enquadramento, um elemento essencial para a organização de todo o ecossistema dos Fundos Europeus. Segue-se, até ao final do 1.º trimestre de 2023, a aprovação das regras gerais de aplicação dos Programas, a nomeação das respetivas equipas de gestão, bem como a definição de regulamentação específica e a preparação dos critérios de seleção de tipologias de ação a apoiar, o que permitirá lançar os primeiros avisos para apresentação de candidaturas.

Até à plena operacionalização dos Programas do Portugal 2030, para além do Mecanismo Extraordinário de Antecipação, que permitiu apoiar algumas das medidas a financiar pelo Portugal 2030, o país tem para executar os investimentos apoiados pelo anterior ciclo de programação, com vista a assegurar um encerramento bem-sucedido do Portugal 2020.

Com a aprovação do Acordo de Parceria e dos seus Programas, Portugal tem acesso a um leque de fundos europeus com uma dimensão inédita, tendo à sua disposição cerca de 40 mil milhões de euros, distribuídos entre o PRR e o Portugal 2030, a que acrescem outros instrumentos de financiamento europeu, como os que resultam da Política Agrícola Comum, do Horizonte Europa

ou do Mecanismo Interligar Europa. Das complementaridades e sinergias entre os diferentes instrumentos de financiamento será possível implementar as prioridades de investimento inscritas na Estratégia Portugal 2030, as quais promovem a resiliência, a coesão e a competitividade, constituindo uma oportunidade ímpar para implementar, nos próximos anos, as transformações estruturais necessárias à manutenção e reforço de um caminho de mais crescimento, mais convergência e maior da coesão social e territorial.

Orientações para o encerramento dos Programas Operacionais 2014-2020

A Comissão Europeia [publicou](#) uma [Comunicação com Orientações para o encerramento dos Programas Operacionais 2014-2020](#), tendo em conta a importância do encerramento a tempo e eficiente dos [Programas Operacionais Portugal 2020](#).

Para os Programas Operacionais aprovados para intervenção do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (incluindo os programas de cooperação ao abrigo do objetivo de Cooperação Territorial Europeia), do Fundo Social Europeu, do Fundo de Coesão e do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas para o período de programação de 1 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro 2020, incluindo aqueles que beneficiam de recursos ao abrigo da iniciativa REACT-EU, importa fornecer orientações adequadas sobre o encerramento desses programas em conformidade com o Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho e os atos jurídicos de aplicação geral adotados com base no mesmo. Consulte a versão portuguesa da publicação no [Jornal Oficial da União Europeia](#).



Defesa e Segurança

Infraestruturas de transportes da UE: acelerar o investimento na mobilidade militar

A Comissão Europeia [está](#) a acelerar o financiamento de 35 projetos de mobilidade militar para apoiar o transporte de tropas e equipamento ao longo da [rede transeuropeia de transportes \(RTE-T\)](#). Com um orçamento, aumentado de 330 milhões para 616 milhões de euros, estes projetos ajudarão as forças armadas europeias a responder melhor, mais rapidamente e a uma escala suficiente às crises que eclodem dentro e fora das fronteiras externas da UE.



Economia e Mercado

Primeira metade de 2023: Comissão vai emitir até 80 mil milhões de euros para financiar a recuperação económica

A Comissão Europeia [anunciou](#) a sua intenção de emitir até 80 mil milhões de euros de obrigações a longo prazo da UE na primeira metade de 2023, no âmbito da sua abordagem conjunta de financiamento. Ao abrigo desta abordagem, a Comissão - em nome da UE - passará a emitir apenas "Obrigações da UE" em vez de obrigações denominadas separadamente para programas individuais como o SURE e a Assistência Macrofinanceira (AMF).

Os programas a serem financiados através desta abordagem no primeiro semestre do próximo ano são o Instrumento de Recuperação Europeu "NextGenerationEU" e o novo programa de Assistência Macrofinanceira + para a Ucrânia. O primeiro será responsável por cerca de 70 mil milhões de euros, e o segundo por cerca de 10 mil milhões de euros.

Esta abordagem unificada de financiamento permitirá que os instrumentos desenvolvidos para o NextGenerationEU sejam utilizados da mesma forma para outros programas de empréstimo. Todos estes programas podem ser financiados de uma forma flexível, contando com as receitas de um regime único de transações de faturas e obrigações da UE.

Conselho define posição sobre a criação de um quadro para a recuperação e resolução das empresas de seguros e de resseguros (IRRD)

Os representantes dos Estados-Membros [chegaram](#) a acordo sobre um mandato de negociação (orientação geral) sobre a Diretiva Recuperação e Resolução de Seguros (IRRD). Esta proposta reforçará a Diretiva Solvência II, com o objetivo de tornar o setor dos seguros e resseguros mais resiliente e reforçar a proteção dos tomadores de seguros, dos contribuintes, da economia e da estabilidade financeira na UE. A posição do Conselho abre caminho ao início das negociações com o Parlamento Europeu no novo ano, tendo em vista chegar a acordo sobre o texto final.

Para muitas atividades sociais e económicas, é necessário ter uma apólice de seguro que nos proteja contra potenciais riscos. A insolvência desordenada das seguradoras pode ter um impacto significativo sobre os tomadores de seguros, os beneficiários, as partes lesadas ou as empresas afetadas. Pode ainda conduzir ou amplificar a instabilidade financeira e afetar a economia real no seu conjunto ou exigir um recurso excepcional a fundos públicos. Não existem atualmente procedimentos harmonizados a nível europeu para a resolução das seguradoras, com diferenças substanciais entre os Estados-Membros que conduzem a níveis desiguais de proteção para os tomadores de seguros e os beneficiários.

A IRRD introduzirá um regime harmonizado a nível europeu para a resolução das seguradoras, a fim de proporcionar às autoridades nacionais instrumentos e procedimentos de resolução semelhantes para fazer face a situações de insolvência. A proposta exigirá que os Estados-Membros criem autoridades de resolução de seguros, assegurem uma cooperação transfronteiriça eficaz e atribuam à Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA) um papel de coordenação. A IRRD assegurará condições de concorrência equitativas entre os Estados-Membros e salvaguardará os interesses dos tomadores de seguros. Além

disso, minimizará o impacto sobre a economia, o sistema financeiro e qualquer recurso ao dinheiro dos contribuintes, contribuindo para a estabilidade financeira e a confiança no mercado interno dos seguros e resseguros.

Mercados financeiros: Estados-Membros definem posição sobre a revisão das regras da UE em matéria de Centrais de Valores Mobiliários

Os Estados-Membros da UE [definiram](#) a sua posição de negociação sobre a proposta de atualização do Regulamento Liquidação e Centrais de Valores Mobiliários. A revisão prevista tornará a liquidação de valores mobiliários na UE mais eficiente, simplificando os requisitos e clarificando os processos de autorização, entre outros aspetos.

Os valores mobiliários são ativos financeiros negociáveis, como ações ou obrigações. As Centrais de Valores Mobiliários (CSD) desempenham um papel crucial no registo e guarda dos mesmos, bem como – na sequência de uma negociação de valores mobiliários – na garantia da sua liquidação adequada, ou seja, a entrega de valores mobiliários ao comprador em função da entrega de numerário ao vendedor. De acordo com dados da Comissão Europeia, as transações liquidadas pelas Centrais de Valores Mobiliários da UE em 2019 ascenderam a cerca de 1,120 biliões de EUR.

União dos Mercados de Capitais: Conselho define mandato de negociação sobre a proposta destinada a reforçar a transparência do mercado

Os representantes dos Estados-Membros da UE [chegaram](#) a acordo sobre um mandato para as negociações com o Parlamento Europeu sobre a proposta de regulamento que revê o Regulamento Mercados de Instrumentos Financeiros ("MiFIR") e a Segunda Diretiva Mercados de Instrumentos Financeiros ("MiFID II"). Esta revisão tem como prioridades melhorar a transparência e a disponibilidade dos dados de mercado, assegurar condições de concorrência mais equitativas entre as plataformas de execução e garantir a competitividade das infraestruturas de mercado da UE a nível internacional.

Com base neste mandato, as negociações com o Parlamento Europeu podem começar com vista a chegar a um acordo final sobre a futura legislação. Esta proposta tornará as infraestruturas de mercado da UE mais sólidas. As alterações propostas também permitirão aumentar a liquidez do mercado, facilitando o financiamento das empresas junto dos mercados de capitais.

O projeto de regulamento visa criar uma base de dados centralizada ou um "sistema de informação consolidada", que facultará o acesso a dados de mercado provenientes das plataformas de negociação, bem como a internalizadores sistemáticos e a sistemas de publicação autorizados em toda a UE de forma consolidada, o que melhorará a transparência geral dos preços em todas as plataformas de negociação e proporcionará aos investidores um acesso mais fácil aos dados de negociação.

UE ganha recurso na OMC contra os direitos anti-dumping colombianos sobre batatas fritas congeladas

Os árbitros [pronunciaram-se](#), em substância, a favor da UE no primeiro recurso da OMC no âmbito do «mecanismo provisório multilateral em matéria de arbitragem de recursos», conhecido por «MPIA». A sentença definitiva e vinculativa confirma que os direitos anti-dumping instituídos pela Colômbia sobre as batatas fritas congeladas originárias da Bélgica, da Alemanha e dos Países Baixos violam as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) e restringem indevidamente o acesso ao mercado colombiano.

A decisão é vantajosa para os produtores europeus cujas exportações para a Colômbia de mais de 20 milhões de euros foram afetadas pelos direitos colombianos. Envia um sinal forte a todos os países que pensam restringir as exportações da UE de que os inquéritos anti-dumping devem respeitar plenamente as regras da OMC e salienta a importância sistémica do MPIA. Este caso constitui também uma prova clara de que os litígios no âmbito da OMC podem ser resolvidos de forma rápida e eficiente, sendo a sentença final emitida no prazo de 90 dias.

Finanças Sustentáveis: Comissão fornece orientações adicionais às empresas sobre o que e como informar sobre o desempenho ambiental no âmbito da taxonomia da UE

A Comissão Europeia [adotou](#) dois outros documentos de orientação, abordando questões frequentemente colocadas sobre a interpretação e implementação da [taxonomia da UE](#). Cerca de 4 mil grandes empresas apresentarão relatórios a partir de 1 de janeiro de 2023, de acordo com o quadro da taxonomia da UE, que estabelece uma linguagem comum para "atividades económicas sustentáveis" para os participantes e investidores do mercado financeiro. A Comissão concentra-se em ajudar os participantes no mercado com a implementação da Taxonomia da UE. Os dois documentos ajudarão as empresas em questão a preparar o seu primeiro exercício de informação obrigatória, que será utilizado pelos participantes no mercado financeiro nas suas próprias divulgações relativas aos aspetos de sustentabilidade dos produtos financeiros. Ambos os documentos são atualmente adotados como projetos de comunicações da Comissão e serão aplicáveis e eficazes contra terceiros após a adoção oficial, uma vez que todas as línguas estejam disponíveis.



Emprego

Avaliação da Comissão conclui que Plano de Investimento para a Europa deu contributo importante para mobilizar investimento para o crescimento e criação de emprego

A avaliação *ex-post* do [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos \(FEIE\)](#), o principal pilar do emblemático «[Plano de Investimento para a Europa](#)» da Comissão, considera que o FEIE desempenhou um papel importante na aceleração e no incentivo

ao investimento em toda a Europa. A Comissão propôs o Plano de Investimento para a Europa em 2014 para apoiar o crescimento e a criação de emprego, em resposta à crise económica e financeira. A partir de 2021, o FEIE deverá ter mobilizado 524,3 mil milhões de euros de investimento privado e público, excedendo o objetivo de 500 mil milhões de euros. A avaliação *ex-post* do primeiro e segundo pilares do Plano de Investimento para a Europa foi apresentada ao Parlamento Europeu e ao Conselho. Encontra-se disponível [aqui](#).



Conselho chega a acordo sobre mecanismo temporário para limitar preços excessivos do gás

Os ministros da Energia da UE [chegaram](#) a um acordo político sobre a proposta de regulamento do Conselho que cria um mecanismo de correção do mercado para proteger os cidadãos e a economia de preços do gás excessivamente elevados. O regulamento constitui uma medida de emergência temporária que visa limitar episódios de preços do gás excessivos que não refletem os preços do mercado mundial, assegurando simultaneamente a segurança do aprovisionamento de energia e a estabilidade dos mercados financeiros.

Os ministros adotaram formalmente um regulamento do Conselho relativo ao reforço da solidariedade mediante melhor coordenação das aquisições de gás, transferências transfronteiras de gás e índices de referência fiáveis dos preços. O conteúdo deste regulamento foi acordado no Conselho (Energia) de 24 de novembro de 2022. Os ministros chegaram a um acordo político sobre o regulamento do Conselho que estabelece um quadro temporário para acelerar a implantação das energias renováveis. A maior parte do conteúdo deste regulamento foi acordada no Conselho (Energia) de 24 de novembro de 2022. Os ministros adotaram uma disposição para acelerar e simplificar a implantação das redes.

Europeus manifestam um apoio contínuo à resposta da UE à crise energética

Um novo inquérito Eurobarómetro [mostra](#) que a grande maioria dos cidadãos da UE apoia as recentes ações da UE para fazer face à crise energética. Em especial, mais de oito em cada dez cidadãos da UE (82 %) concordam que a UE deva continuar a tomar medidas para reduzir a sua dependência dos combustíveis fósseis russos. A esmagadora maioria dos inquiridos (83 %) considera que a guerra da Rússia contra a Ucrânia torna mais urgente investir em energias renováveis. 87 % dos inquiridos consideram que é fundamental proteger infraestruturas críticas, tais como gasodutos e cabos de Internet, enquanto 83 % concordam que o preço da eletricidade não deve depender do preço do gás.

Uma larga maioria (85 %) afirma que o aumento dos preços da energia teve um impacto no seu poder de compra. 56 % concordam que os recentes aumentos de preços se devem principalmente ao comportamento agressivo da Rússia e 38 % discordam dessa afirmação. 49 % dos inquiridos consideram que as medidas tomadas pela UE para melhorar a situação económica terão um impacto positivo, 18 % consideram que o impacto será negativo e para 22 % as medidas não terão impacto.

Os próprios inquiridos já tomaram medidas ou estariam dispostos a tomá-las a fim de reduzir o seu consumo e as faturas de energia, nomeadamente desligando as luzes de um espaço quando se ausentam por algum tempo (77 %), desligando os aparelhos eletrónicos quando não estão a ser utilizados (62 %) e reduzindo a temperatura ambiente (58 %).

REPowerEU: Conselho chega a acordo sobre regras relativas à aceleração do licenciamento para projetos de energias renováveis

O Conselho [chegou](#) a acordo (orientação geral) sobre alterações específicas à Diretiva Energias Renováveis, propostas no âmbito do plano REPowerEU. Os Estados-Membros conceberão zonas propícias específicas para as energias renováveis com processos de licenciamento simplificados e encurtados em zonas com menores riscos ambientais.

O Conselho confirmou o objetivo de assegurar que a quota de energia de fontes renováveis no consumo final bruto de energia da União seja de, pelo menos, 40 % em 2030, tal como estabelecido na sua orientação geral sobre as revisões da Diretiva Energias Renováveis, adotada em junho de 2022. A proposta da Comissão no âmbito do REPowerEU previa um aumento da meta para, pelo menos, 45 % em 2030. Na Diretiva Energias Renováveis de 2018 encontra-se prevista uma meta de 32,5 % em 2030.

Pacto Ecológico Europeu: 4,11 mil milhões de euros do Fundo de Modernização para acelerar a transição para as energias limpas em 8 Estados-Membros

No seu segundo ano de funcionamento, o Fundo de Modernização [desembolsou](#) um total de 4,11 mil milhões de euros em apoio de 61 projetos em oito países beneficiários. Estes projetos contribuirão para modernizar os sistemas energéticos, reduzir as emissões de gases com efeito de estufa nos setores da energia, da indústria transformadora, dos transportes e da agricultura, e melhorar a eficiência energética. O apoiar destes investimentos ajudará os Estados-Membros envolvidos a cumprir as suas metas climáticas e energéticas para 2030 e a acelerar a transição ecológica da UE.

No corrente ano, foram efetuados desembolsos a favor da Croácia (119,8 milhões de euros), da Chéquia (1,34 mil milhões de euros), da Estónia (62,4 milhões de euros), da Hungria (74,3 milhões de euros), da Lituânia (85 milhões de euros), da Polónia (643,2 milhões de euros), da Roménia (1,39 mil milhões de euros) e da Eslováquia (399,5 milhões de euros). Em junho, foram já desembolsados

2,4 mil milhões de euros para apoiar 45 propostas de investimento, sendo atualmente complementados por um desembolso de 1,71 mil milhões de euros destinado a apoiar mais 16 propostas de investimento.

No corrente ano, 61 propostas de investimento selecionadas no quadro do Fundo de Modernização centram-se na produção de eletricidade a partir de fontes renováveis, na modernização das redes de energia e na eficiência energética nos setores da energia, da indústria transformadora, da construção civil e dos transportes, bem como na substituição da produção elétrica a partir do carvão por combustíveis mais hipocarbónicos. [Exemplos de propostas](#) que receberam financiamento.



Espaço

Santa Maria é a “joia da coroa” da Estratégia dos Açores para o Espaço, diz José Manuel Bolieiro

O presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro, [defendeu](#) no domingo à noite sinergias com o poder nacional e o poder local em prol da Estratégia dos Açores para o Espaço, advogando que Santa Maria é a “joia da coroa” da iniciativa. As palavras de José Manuel Bolieiro foram proferidas em Vila do Porto, no Fórum Autónimo tido na noite de domingo e que marcou o arranque da visita estatutária do Governo dos Açores a Santa Maria – o orador convidado foi Paulo Quental, coordenador da Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço, e na ocasião foi apresentada a estratégia e a nova imagem da região no setor (brevemente disponível em www.spaceazores.pt).

Os marienses mereceram do presidente do Governo, “olhos nos olhos”, uma mensagem de esperança em torno da nova estratégia: em vez de “fechada sobre si”, esta pretende abarcar uma “verdadeira relação de interação” com “vantagens para Santa Maria, os Açores, o país e a União Europeia”. “Não há uma equipa de missão contra a Agência Espacial Portuguesa, desconfiada de protagonismos de uns e outros. Há uma verdadeira estratégia de comunhão e parceria. E esta é uma mudança de paradigma que importa sublinhar, que elimina muitas das dificuldades sentidas nos últimos tempos”, sustentou o governante.

Os Açores, lembrou ainda José Manuel Bolieiro, “querem ser a base da estratégia nacional e também europeia” para o Espaço, sendo necessário nesta fase “know how”, músculo financeiro e sentido estratégico de futuro”. “Quero contar com os que são parte da solução e compreendem que esta é uma solução para o país e que traz vantagem para os Açores e Santa Maria”, prosseguiu.

José Manuel Bolieiro adiantou ainda que o problema judiciário que existia para avançar o porto espacial na ilha está ultrapassado. E concretizou: “Eu acredito em Santa Maria e acredito nos Açores”. No Fórum Autónimo, Paulo Quental adiantou que, em 2023, vai ser renovada a permanência da única estação da European Space Agency (ESA) em Portugal, precisamente localizada em Santa Maria.



Estado de Direito

Tráfico de seres humanos: Comissão propõe regras mais rigorosas para combater a evolução da criminalidade

Todos os anos, mais de 7 mil pessoas são vítimas de tráfico de seres humanos na UE. É de esperar que este número seja muito mais elevado, uma vez que muitas vítimas continuam por detetar. A maioria das vítimas são mulheres e raparigas, mas a percentagem de vítimas masculinas também está a aumentar, sobretudo no que diz respeito à exploração laboral.

As formas de exploração evoluíram nos últimos anos. Tal exige [novas](#) medidas a nível da UE, uma vez que os traficantes beneficiam de oportunidades para recrutar, controlar, transportar e explorar as vítimas, bem como para transferir lucros e chegar aos utilizadores dentro e fora da UE. As regras atualizadas proporcionarão instrumentos mais sólidos para as autoridades policiais e judiciais investigarem e processarem judicialmente novas formas de exploração. Mais informação disponível [aqui](#).

Comissão Europeia atualiza método de cálculo das sanções financeiras nos casos de infração

A Comissão adotou uma [comunicação](#) sobre sanções financeiras em processos por infração, que atualiza a forma como as coimas são calculadas quando os Estados-Membros infringem a legislação da UE. Atualmente, as coimas são calculadas com base em três fatores: i) gravidade, ii) duração da infração, e iii) capacidade de pagamento de um Estado-Membro. O último fator, a capacidade de pagamento de um Estado-Membro, será determinado com base numa combinação do produto interno bruto (PIB) e da população de um Estado-Membro, e não numa combinação do PIB e do peso institucional, como era anteriormente o caso.

Ao remeter um Estado-Membro ao Tribunal de Justiça da UE no âmbito do processo por infração, a Comissão pode propor sanções financeiras contra esse Estado-Membro. A Comissão propõe estas sanções financeiras com base numa metodologia clara e publicamente disponível. No entanto, é o Tribunal que decide sobre o montante final imposto a um Estado-Membro.



Igualdade de género, LGBTIQ, Inclusão social

Avaliação final do programa de investigação e desenvolvimento «Envelhecimento ativo, vida autónoma e assistida»

O presente [relatório](#) expõe as constatações da avaliação final do programa de investigação e desenvolvimento «Envelhecimento ativo, vida autónoma e assistida» (programa AAL2, que abrange o período de 2014-2021. A Comissão Europeia conclui, com base nesta avaliação, que o programa AAL2 atingiu os seus principais objetivos.

O programa era extremamente relevante em termos dos problemas abordados e das partes interessadas, tendo respondido adequadamente à evolução das tecnologias e à rápida evolução do contexto do mercado. Demonstrou que a intervenção da UE tinha sido não só necessária como também eficaz na promoção da inovação digital no âmbito do envelhecimento ativo e saudável em diversos domínios, nomeadamente a saúde e a prestação de cuidados; a comunicação e a informação; a proteção e a segurança; o lazer e a cultura; o trabalho e a formação; as viagens e os transportes.

A avaliação baseia-se num estudo externo, que inclui dois estudos de caso, utilizando dados recolhidos em inquéritos e entrevistas a participantes no programa e a um leque de partes interessadas mais vasto, complementados por dados fornecidos pela estrutura de execução específica que gere o programa AAL e por resultados de estudos anteriores, tais como avaliações prévias, avaliações de impacto, relatórios de autoavaliação e revisões anuais do programa (da Comissão, assistida por peritos externos).



Inovação, Investigação científica, ciência

InvestEU: BEI compromete-se com a segurança no trabalho e investe 15 milhões de euros no desenvolvimento de exoesqueletos

O Banco Europeu de Investimento (BEI), apoiado pelo programa InvestEU, [está](#) a investir 15 milhões de euros no desenvolvimento de exoesqueletos concebidos e fabricados pela empresa alemã Bionic, uma empresa tecnológica sediada em Augsburg. Os fatos elétricos inteligentes ajudam os trabalhadores do setor da logística e dos cuidados a executar tarefas fisicamente exigentes, em particular levantar e transportar cargas pesadas.

O empréstimo do BEI será utilizado para a investigação e desenvolvimento da Bionic alemã. Um empréstimo é um financiamento de quase-capital que responde às necessidades das empresas inovadoras de crescimento rápido. As devoluções dependem em grande parte do sucesso da empresa. Os empréstimos complementam o financiamento de capital de risco existente sem diluir as ações dos fundadores.

UE e Nova Zelândia concluem com êxito as negociações para a associação ao Horizonte Europa

A Comissão Europeia e o Governo da Nova Zelândia [concluíram](#) as negociações para a associação da Nova Zelândia ao programa Horizonte Europa. Espera-se que a assinatura do Acordo de Associação tenha lugar em 2023, enquanto se aguarda a conclusão de todas as validações necessárias de ambas as partes. Espera-se, portanto, que a partir de 2023, investigadores e organizações da Nova Zelândia possam participar no Pilar II do programa, a parte mais relevante e de maior colaboração que se concentra principalmente em desafios globais partilhados: estes incluem áreas no clima, energia e mobilidade, digital, indústria e espaço, ou a saúde. A sua participação será em condições de igualdade com entidades dos Estados-Membros da UE.



Mar e Pescas

Programa “Blue Azores” inicia em Santa Maria processo costeiro de revisão das Áreas Marinhas Protegidas

Com o processo participativo do mar profundo (offshore) já em fase bastante avançada, o programa “Blue Azores”, liderado pelo Governo Regional dos Açores e centrado na conservação e no uso sustentável dos recursos marinhos, [dá](#) um novo passo em direção ao objetivo da Estratégia Europeia da Biodiversidade de proteger legalmente 30% do Mar dos Açores.

No início de 2023, a ilha de Santa Maria marcará o arranque do processo participativo direcionado às áreas costeiras do arquipélago (da linha de costa até às seis milhas náuticas), etapa crucial que contará, uma vez mais, com o contributo das várias partes interessadas. Esta decisão surge após a conclusão do Mapeamento dos Usos do Oceano. Este estudo, de elevada importância para a Região, convidou os açorianos a indicar e a classificar, por grau de importância, as zonas costeiras do oceano que mais utilizam e valorizam, como áreas de pesca, de atividades lúdicas, de desporto e turismo.

Iniciado em fevereiro de 2022, este inquérito foi realizado em três fases distintas. Uma primeira direcionada às comunidades do Corvo, Flores e Santa Maria, seguindo-se as ilhas do Faial, Pico e Graciosa e uma última, recém-concluída, que auscultou as populações de São Jorge, Terceira e São Miguel. O relatório referente ao primeiro grupo de ilhas foi já terminado, os restantes seguir-se-ão.

O referido mapeamento, a par do levantamento específico dos valores naturais identificados pela ciência, será uma ferramenta chave no apoio à identificação das áreas importantes para a conservação, servindo de base para os diálogos que terão lugar no processo participativo costeiro.

Este processo deverá contar com a presença de membros de associações e instituições que representem, o máximo possível, os utilizadores do mar costeiro. Estão previstas cerca de cinco sessões por ilha ao longo do ano, onde serão acordados os objetivos de conservação e definidas, em regime de cocriação, as áreas costeiras que integrarão a nova rede de áreas marinhas protegidas dos Açores. Os trabalhos irão ter início nas ilhas de Santa Maria, Flores e Corvo (Grupo I), seguindo-se Faial, Pico, São Jorge e Graciosa (Grupo II), e terminando nas ilhas Terceira e São Miguel (Grupo III).

O Programa “Blue Azores” parte de uma parceria entre o Governo Regional dos Açores, a Fundação Oceano Azul e o Instituto Waitt, que, com base no melhor conhecimento científico, em colaboração com a Universidade dos Açores, tem como objetivo proteger, promover e valorizar o capital natural do mar dos Açores.



Mobilidade e Transportes

Conselho adota decisão relativa aos requisitos de compensação das emissões da aviação (CORSIA)

O Conselho [adotou](#) a [decisão](#) relativa à notificação dos requisitos de compensação do CORSIA (Regime de Compensação e Redução das Emissões de Carbono da Aviação Internacional), que visa contribuir para os ambiciosos objetivos mundiais de neutralidade climática.

O CORSIA é um regime mundial que visa compensar as emissões de carbono da aviação internacional, adotado pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) em 2018, e no qual os Estados-Membros da UE se comprometeram a participar desde a fase-piloto, que teve início em janeiro de 2021. A decisão permite aos Estados-Membros cumprir a sua primeira obrigação anual de notificar os operadores estabelecidos na União dos seus requisitos de compensação CORSIA, em consonância com os seus compromissos internacionais no âmbito da OACI. Outras obrigações do CORSIA são transpostas para o direito da UE através da revisão do regime de comércio de licenças de emissão (RCLE) para a aviação, que é objeto de outra proposta da Comissão. O Conselho e o Parlamento chegaram recentemente a um acordo político provisório sobre este dossiê. Estas iniciativas inserem-se no âmbito da transição ecológica e visam limitar o impacto climático do transporte aéreo internacional.

A decisão CORSIA permitirá aos Estados-Membros honrarem os seus compromissos internacionais e cumprirem as suas obrigações de notificação em conformidade com as regras estabelecidas pela OACI, até que as novas regras no âmbito da revisão do RCLE para a aviação sejam adotadas pelos legisladores e transpostas para o direito dos Estados-Membros.



Saúde

Comissão estabelece regras para identificar desreguladores endócrinos e produtos químicos de longa duração e para melhorar a rotulagem

A Comissão Europeia [propôs](#) uma revisão do regulamento relativo à classificação, rotulagem e embalagem de produtos químicos (CRE) e introduziu novas classes de perigo para os desreguladores endócrinos e outras substâncias químicas nocivas, a fim de melhor proteger as pessoas e o ambiente dos produtos químicos perigosos. O regulamento revisto clarifica as regras relativas à rotulagem e aos produtos químicos vendidos em linha, o que facilitará os negócios, incluindo para as PME, e a livre circulação de substâncias e misturas a nível da UE.

A Comissão adotou um ato delegado para introduzir novas classes de perigo ao abrigo do CRE para os desreguladores endócrinos, bem como para os produtos químicos que não se degradam no ambiente e que podem acumular-se em organismos vivos, ou que correm o risco de entrar e de se propagarem no ciclo da água, incluindo na água potável.

As novas classes de perigo resultam de debates científicos aprofundados e facilitarão o acesso de todos os utilizadores desses produtos químicos, nomeadamente consumidores, trabalhadores e empresas, a informações. Poderão permitir a adoção de novas medidas destinadas a enfrentar e atenuar os riscos das substâncias e misturas ao abrigo de legislação da UE a jusante, como, por exemplo, o REACH, tendo simultaneamente em conta os impactos socioeconómicos.

Certificado Digital COVID da UE: Comissão Europeia adota terceiro relatório de implementação

A Comissão Europeia adotou o [terceiro relatório sobre o impacto e implementação do Certificado Digital COVID da UE](#) em toda a UE. O relatório mostra que, desde o lançamento do sistema em 2021, os Estados-Membros já emitiram mais de 2 mil milhões de Certificados de COVID Digital da UE. Para além dos 27 Estados-Membros da UE, 49 países e territórios dos cinco continentes aderiram ao sistema, tornando-o uma norma global. O comissário europeu para a Justiça, Didier Reynders, afirmou: "O Certificado Digital COVID da UE facilitou a livre circulação quando as restrições de viagem COVID-19 ainda eram consideradas necessárias e, ao mesmo tempo, assegurou um levantamento coordenado destas restrições uma vez que a situação melhorou".

Desde agosto de 2022, os Estados-Membros levantaram todas as restrições de viagem intra-UE, incluindo a exigência de possuir um Certificado Digital COVID da UE. O relatório contém também as reflexões da Comissão sobre a expiração do Regulamento do

Certificado Digital COVID da UE e outras potenciais utilizações da tecnologia subjacente. Por razões de vigilância epidemiológica, a Comissão considera que é prudente manter o sistema durante o período de Inverno de 2022-23. A Comissão continuará a acompanhar de perto a situação epidemiológica e reavaliará a situação até ao final de março de 2023.



Solidariedade Externa da União Europeia e Diplomacia

Iraque: UE atribui mais 4 milhões de euros em financiamento humanitário para ajudar os vulneráveis que enfrentam a insegurança alimentar

A instabilidade política, as alterações climáticas, bem como o aumento dos preços dos alimentos, impulsionados pela seca e agravados pela agressão não provocada da Rússia à Ucrânia, deixaram muitos iraquianos vulneráveis incapazes de satisfazer as suas necessidades básicas. O financiamento [ajudará](#) as pessoas mais vulneráveis, particularmente os deslocados internos e os que vivem fora dos campos em ambientes informais no Iraque, a satisfazer as suas necessidades básicas.

O comissário europeu para a Gestão de Crises, Janez Lenarčič, afirmou: "Cada vez mais pessoas vulneráveis, especialmente as deslocadas, estão a ser afetadas pela crescente insegurança alimentar no Iraque. A guerra da Rússia contra a Ucrânia está a ter um impacto em muitas vidas em todo o mundo, especialmente nas pessoas que já enfrentam dificuldades. A UE está empenhada em ajudar aqueles que se encontram em necessidade. É por isso que atribuímos mais 4 milhões de euros para ajudar os iraquianos necessitados a ultrapassar este período difícil."

O financiamento ajudará a apoiar até 4 mil famílias vulneráveis deslocadas com assistência monetária mensal à medida que passam pelo processo de obtenção de identidade e documentação civil. Além disso, a assistência pecuniária beneficiará também até mil famílias com um membro cronicamente doente, que já não conseguem satisfazer as suas necessidades essenciais. Desde 2014, a UE atribuiu 530,5 milhões de euros em ajuda humanitária para ajudar as pessoas no Iraque.

Conselho aprova regras reforçadas sobre a concessão de preferências comerciais aos países em desenvolvimento

Os embaixadores dos Estados-Membros da UE [chegaram](#) a acordo quanto ao mandato de negociação do Conselho sobre a revisão do regulamento relativo ao Sistema de Preferências Generalizadas (SPG), que concede preferências comerciais aos países em desenvolvimento.

O novo quadro mantém as principais características do atual regime, mas inclui algumas melhorias, tais como uma ligação mais forte ao respeito pelos direitos humanos e pelo ambiente e um maior controlo e transparência do sistema. Será igualmente estabelecida uma nova ligação entre as preferências comerciais concedidas aos países beneficiários e a cooperação destes em matéria de migração e readmissão dos seus nacionais ilegalmente presentes na UE.

O SPG da UE, em vigor desde 1971, é um instrumento unilateral de política comercial e de desenvolvimento utilizado para eliminar ou reduzir os direitos de importação das mercadorias provenientes dos países em desenvolvimento. A redução dos direitos facilita o acesso ao mercado da UE e leva ao aumento das exportações para a União, o que contribui para o crescimento económico e a criação de emprego nos países beneficiários. O SPG da UE contribui para o desenvolvimento sustentável, uma vez que as preferências pautais estão condicionadas à observância dos direitos humanos e dos direitos laborais, à proteção do ambiente e à boa governação. A UE dispõe de três regimes SPG que abrangem um total de 67 países.



Tecnologia, informática e comunicações

Proteção dos consumidores: 43% dos sítios Web infringiram as regras da UE durante a "Black Friday"

A Comissão Europeia e 13 autoridades nacionais de proteção dos consumidores divulgaram os [resultados](#) de uma análise (varredura) dos sítios em linha, com o objetivo de verificar como as reduções de preços foram apresentadas na "Black Friday" de 2022. O rastreio mostrou que mais de metade dos produtos controlados apresentaram um anúncio de redução de preços, e deste número, 23% eram claramente inconsistentes com a legislação da UE. A Diretiva de Indicação de Preços prevê que as lojas, incluindo os mercados online, devem indicar o preço mais baixo aplicado ao produto nos 30 dias anteriores ao anunciarem um desconto. A varredura mostrou violações em pelo menos 43% dos sítios Web analisados. As autoridades nacionais controlaram os preços de 16 mil produtos de 176 sítios Web durante um período de um mês.



Turismo

Açores consolidam liderança em sustentabilidade com o Nível III de Prata na certificação como "Destino Sustentável"

A Região Autónoma dos Açores [atingiu](#) formalmente o Nível III de Prata da certificação como “Destino Sustentável” pela *Earth Check*, de acordo com os exigentes e internacionalmente aceites critérios de sustentabilidade do Conselho Global de Turismo Sustentável (GSTC), mantendo-se como o primeiro e único destino arquipelágico no mundo com esta certificação.

O anúncio foi feito no âmbito da participação da *Azores DMO* (Estrutura de Sustentabilidade do Destino Turístico) no Congresso do GSTC, que decorreu na semana passada, em Sevilha, e que reuniu mais de 350 participantes de 61 países, e apresentado pela secretária da tutela, Berta Cabral no Parlamento Regional. A secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, representada pela Azores DMO, foi convidada a apresentar a região como ‘case-study’ internacional nesta conferência.

Na ocasião, Stewart Moore, CEO da entidade certificadora *Earth Check* afirmou que “os Açores são um destino líder em termos de desenvolvimento sustentável”. Berta Cabral sublinhou o “grande orgulho nesta certificação e neste novo patamar, que reafirma a liderança da região em matéria de sustentabilidade, mas que também consolida o posicionamento internacional dos Açores como destino de excelência”. A exigência do processo de certificação que a Região Autónoma dos Açores adotou é evidenciada pelo grau de compromisso requerido, pela prática diária necessária, pelas auditorias recorrentes e pelo modelo de evolução progressiva, que tem uma base anual.

O processo de certificação da *Earth Check* inicia-se com o “Nível I de Prata” e cada ano seguinte representa uma potencial evolução para um nível superior, até se atingir o “Nível IV de Prata”. Apenas no final de cinco anos é possível atingir o nível “Ouro”. A evolução para cada nível só é efetivada perante a comprovação objetiva do cumprimento de vários critérios e requisitos, com validação em sede de auditoria, o que demonstra o grau de compromisso e o extenso trabalho que tem sido desenvolvido pela Região Autónoma dos Açores ao longo dos últimos anos. “Todos os anos queremos demonstrar fazer mais e melhor, pois temos o objetivo de atingir o nível de Ouro em 2024”, adiantou. A governante realça, ainda, que “os Açores estão a dar um exemplo e a mostrar um caminho”, pois “a sustentabilidade é processo colaborativo e, hoje, um desígnio internacional”, vertido em políticas estratégicas da Comissão Europeia e da República Portuguesa, pelo que “é fundamental que outros destinos se juntem a esta causa em prol de um turismo mais sustentável”.

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para [2022](#) e [2023](#).



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os [seis passos](#) para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios têm a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Até 10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama

de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).

Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).

Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).

Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement](#), [Colocation](#), [Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:





Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da UE](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!